

Introdução

É um meio jurisdicional de solução de conflitos e um dos principais meios desse tipo de solução, muito tradicional. Trata-se de uma jurisdição *ad hoc* (instalada para cada controvérsia, não permanente), com liberdade de procedimentos. Ela é amplamente utilizada nas controvérsias territoriais brasileiras, por exemplo, na Questão de Palmas e no Conselho da Guiana Francesa.

Na arbitragem, as partes concordam em respeitar a decisão dos árbitros. O **compromisso arbitral** é o tratado entre os Estados que define a modalidade de composição do painel arbitral, os poderes dos árbitros, os procedimentos e as regras de direito aplicável, a possibilidade de recurso e o compromisso das partes de cumprir fielmente a decisão arbitral.

Base legal

Ela poderá ser posterior ou prévia.

Posterior

Por meio de um **compromisso arbitral ou um tratado bilateral**. Neles deverão constar: descrição do litígio, as regras para o direito aplicável, quais serão os árbitros ou o tribunal arbitral, os prazos e procedimentos e o compromisso de cumprimento.

Prévia

Neste caso será feito um **tratado geral de arbitragem** (compromisso geral entre as partes) ou uma **cláusula de arbitragem** que será inserida em tratados de outra natureza, como aqueles comerciais ou de amizade.

POSTERIOR

Voluntária, facultativa

Não há acordo anterior entre as partes

Cria-se um juízo para cada caso específico, pois o litígio não foi previsto

PRÉVIA

Permanente, obrigatória

Há acordo prévio entre as partes

As partes preveem que caso haja divergência entre si, será submetida à arbitragem

POSTERIOR

Compromisso

PRÉVIA

Tratado geral de arbitragem ou cláusula arbitral inserida em tratado

Árbitros e tribunais arbitrais

Os Estados escolhem os **árbitros** para cada disputa. Normalmente são três (3), dentre os quais cada Estado escolhe 1 e o terceiro é consentido por ambos. Historicamente, chefes de Estado já foram escolhidos como árbitros; atualmente, é mais comum a participação de notórios especialistas. No caso de **tribunais arbitrais**, como são instituições que auxiliam no processo de arbitragem, já possuem árbitros pré-definidos.

Corte permanente de arbitragem

Esta corte foi fundada na primeira conferência internacional da paz (1899). Na realidade não é uma corte, apesar da denominação. Ela mantém uma lista com pessoas qualificadas como árbitros e auxilia em disputas entre Estados, organizações internacionais e até mesmo particulares.

Sentença arbitral

A sentença arbitral tem caráter obrigatório e é irrecorrível, permitido, entretanto, que volte ao árbitro para esclarecer dúvida ou obscuridade no processo; também é passível de anulação.

Em regra, ela não tem caráter executório e depende da boa-fé das partes. Há um **caso emblemático** envolvendo a China que não respeitou sentenças arbitrais referentes a disputas no mar do sul.